

Superior Tribunal de Justiça

RECURSO ESPECIAL Nº 1.720.421 - SP (2017/0295879-3)

RELATOR : MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES
RECORRENTE : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL
RECORRIDO : LUIZ JOSE DA SILVA
ADVOGADO : FÁBIO FREDERICO DE FREITAS TERTULIANO E OUTRO(S) - SP195284

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL E PREVIDENCIÁRIO. RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO ADMINISTRATIVO 3/STJ. AUTARQUIA FEDERAL. PORTE DE REMESSA E RETORNO DO RECURSO. DISCUSSÃO ACERCA DO RECOLHIMENTO. DECISÃO PROFERIDA PELO STF EM SEDE DE RECURSO EXTRAORDINÁRIO. RELAÇÃO DE PREJUDICIALIDADE COM O RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de recurso especial interposto pelo Instituto Nacional do Seguro Social contra acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado:

ACIDENTE DO TRABALHO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - APELO DA AUTARQUIA - NÃO RECOLHIMENTO DO PORTE DE REMESSA E DE RETORNO - DESERÇÃO CARACTERIZADA

Ausência de recolhimento de porte de remessa e de retorno dos autos configura deserção. Inteligência do artigo 511, caput, do Código de Processo Civil Exegese da Lei Estadual 11.608/2003.

Recurso não conhecido.

Em suas razões de recurso especial, sustenta o recorrente que a Fazenda Pública tem a prerrogativa de pagar as despesas processuais ao final do processo, nos termos do artigo 27 do CPC/1973.

Em contrarrazões ao recurso especial, sustenta-se o não provimento do recurso.

Noticiam os autos que o INSS apresentou embargos à execução, alegando excesso.

A sentença deu parcial provimento ao pedido.

O Tribunal de origem não conheceu do recurso interposto pelo INSS, nos termos da ementa supra.

Opostos embargos de declaração, foram rejeitados.

Contra o acórdão foram interpostos pelo INSS recurso extraordinário e recurso especial.

O Presidente do Tribunal *a quo*, em juízo de admissibilidade dos recursos constitucionais, diante da repercussão geral da questão constitucional referente a Porte de Remessa e Retorno a ser pago pelo INSS, Tema 135/STF, e, diante da afetação do Recurso Especial Repetitivo 1.101.727 para a mesma tese representativa da controvérsia, tema esse objeto tanto do recurso extraordinário como do recurso especial, determinou o sobrestamento de ambos os recursos.

Considerando o julgamento do Tema 135/STF e do Tema 16/STJ, o Presidente do Tribunal *a quo* devolveu os autos à Turma Julgadora, para adequação da

Superior Tribunal de Justiça

fundamentação.

A Turma Julgadora do Tribunal *a quo* manteve o acórdão, nos termos da seguinte ementa:

ACIDENTE DO TRABALHO - EMBARGOS À EXECUÇÃO - APELO AUTÁRQUICO NÃO CONHECIDO - NÃO RECOLHIMENTO DO PORTE DE REMESSA E DE RETORNO - DESERÇÃO CARACTERIZADA - REEXAME DA MATÉRIA - ART.1040, II, DO CPC/15 - DECISÃO MANTIDA.

Mantido o acórdão em sede de juízo de readequação, o recurso especial e o recurso extraordinário foram admitidos pelo presidente do Tribunal *a quo*.

É o relatório, decidido.

Inicialmente é necessário consignar que o presente recurso atrai a incidência do Enunciado Administrativo n. 3/STJ: aos recursos interpostos com fundamento no CPC/2015 (relativos a decisões publicadas a partir de 18 de março de 2016) serão exigidos os requisitos de admissibilidade recursal na forma do novo CPC.

A questão recursal gira em torno da isenção do pagamento do porte de remessa e retorno do recurso do INSS.

Considerando o provimento do recurso extraordinário do INSS, que afastou a deserção de seu recurso (fls. 221/223), declarado deserto pelo Tribunal *a quo*, mostra-se evidenciada a superveniente perda do objeto do recurso especial.

Ante o exposto, declaro a perda superveniente do objeto do recurso especial.

Publique-se.

Intimem-se.

Brasília (DF), 04 de outubro de 2019.

MINISTRO MAURO CAMPBELL MARQUES

Relator